COMPANHIA BOTAFOGO

Relatório do auditor independente

Demonstração contábil Em 31 de dezembro de 2023

CA/GR/LCSM 2964/24

COMPANHIA BOTAFOGO

Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis



Tel.: + 55 21 2210 5166 Fax: + 55 21 2224 5285 www.bdo.com.br Rua Barão de Tefé, 27 9° andar, Saúde, Rio de Janeiro, RJ Brasil 20220-460

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e conselheiros da Companhia Botafogo Rio de janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Botafogo ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Botafogo, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a empresa de pequeno e médio porte (CPC-PME), conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relacionada com a continuidade operacional

Situação econômica financeira da Companhia

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia apresenta deficiência de capital de giro de R\$ 3.909 mil em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 4.374 mil em 31 de dezembro de 2022) e patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 22.074 mil (R\$ 22.697 mil em 31 de dezembro de 2022), evidenciando a necessidade de aporte de recursos financeiros. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios. Nesse contexto, a Companhia protocolou Plano de Recuperação Extrajudicial em 20 de dezembro de 2023 nos termos da Lei art. 163 da Lei 11.101/05. O plano atingiu a adesão equivalente a 66,72 % dos credores, aguardando a homologação. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.



Ênfase

Adesão ao Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE)

Parcelamento da Lei nº 14.148/2021 - PERSE (Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos.

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, que descreve que o Clube aderiu ao Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia Covid-19. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Concessão do Estádio Nilton Santos

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nos 2.9 e 10 às demonstrações contábeis, que descreve o Termo de Concessão de uso para exploração do Estádio Nilton Santos apresenta a vedação de subconcessão sem a anuência do Município do Rio de Janeiro, não obstante permitir a exploração de terceiros dos serviços complementares às atividades da Concessionária. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Recuperação Extra Judicial

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis da Companhia Botafogo que protocolou pedido de Recuperação Extrajudicial em 20 de dezembro de 2023 nos termos da Lei 11.101/05. O plano atingiu a adesão equivalente a 66,72 % dos credores, aguardando a homologação. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidade da Administração pela auditoria das demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a empresa de pequeno e médio porte (CPC-PME), conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2024.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/F

Corlothogote

Carlos Aragaki

Contador CRC 1 SP 132091/O-1 - S - RJ

Companhia Botafogo S.A. Balanço Patrimonial 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)



Ativo			
	Nota explicativa	2023	2022
Circulante		_	
Caixa e Equivalentes de caixa	3	1	-
Parte Relacionada	4	7.295	6.079
Contas a receber	5	595	242
Despesas diferidas		22	259
Tributos a Recuperar	6	1.131	1.814
		9.045	8.394
Não circulante			
Depósitos Judiciais	7	520	520
Investimento		1	1
Imobilizado		15	18
Intangível	8	6.698	7.622
		7.234	8.161
Total do ativo		16.279	16.555

Companhia Botafogo S.A. Balanço Patrimonial 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)



Circulante Portecedores 9 7.909 7.580 Taxa de concessão 10 1.070 1.010 Obrigações Tributárias 11 1.398 1.623 Parcelamentos a pagar 12 2.551 2.530 Obrigações Trabalhistas 25 25 25 Não circulante 3 25 25 25 Parcelamentos a pagar 10 6.776 7.661 </th <th>Passivo</th> <th></th> <th></th> <th></th>	Passivo			
Fornecedores 9 7.909 7.580 Taxa de concessão 10 1.070 1.010 Obrigações Tributárias 11 1.398 1.623 Parcelamentos a pagar 12 2.551 2.530 Obrigações Trabalhistas 25 25 25 12.953 12.768 12.953 12.768 Não circulante 10 6.776 7.661 7.661 Parcelamentos a pagar 12 18.358 18.557 Provisão para contingências 13 265 265 25.399 26.484 Capital Social 50 50 Prejuízo Acumulado (22.124) (22.747) Patrimônio Líquido 14 (22.074) (22.697)		Nota Explicativa	2023	2022
Taxa de concessão 10 1.070 1.010 Obrigações Tributárias 11 1.398 1.623 Parcelamentos a pagar 12 2.551 2.530 Obrigações Trabalhistas 25 25 25 Não circulante 10 6.776 7.661 Parcelamentos a pagar 12 18.358 18.557 Provisão para contingências 13 265 265 25.399 26.484 Capital Social 50 50 Prejuízo Acumulado (22.124) (22.747) Patrimônio Líquido 14 (22.074) (22.697)				
Obrigações Tributárias 11 1.398 1.623 Parcelamentos a pagar 12 2.551 2.530 Obrigações Trabalhistas 25 25 Não circulante Taxa de concessão 10 6.776 7.661 Parcelamentos a pagar 12 18.358 18.557 Provisão para contingências 13 265 265 25.399 26.484 Capital Social 50 50 Prejuízo Acumulado (22.124) (22.747) Patrimônio Líquido 14 (22.074) (22.697)		9	7.909	7.580
Parcelamentos a pagar 12 2.551 2.530 Obrigações Trabalhistas 25 25 12.953 12.768 Não circulante Taxa de concessão 10 6.776 7.661 Parcelamentos a pagar 12 18.358 18.557 Provisão para contingências 13 265 265 25.399 26.484 Capital Social 50 50 Prejuízo Acumulado (22.124) (22.747) Patrimônio Líquido 14 (22.074) (22.697)	Taxa de concessão	10	1.070	1.010
Obrigações Trabalhistas 25 25 12.953 12.768 Não circulante Taxa de concessão 10 6.776 7.661 Parcelamentos a pagar 12 18.358 18.557 Provisão para contingências 13 265 265 25.399 26.484 Capital Social 50 50 Prejuízo Acumulado (22.124) (22.747) Patrimônio Líquido 14 (22.074) (22.697)	Obrigações Tributárias	11	1.398	1.623
12.953 12.768 Não circulante Taxa de concessão 10 6.776 7.661 Parcelamentos a pagar 12 18.358 18.557 Provisão para contingências 13 265 265 25.399 26.484 Capital Social 50 50 Prejuízo Acumulado (22.124) (22.747) Patrimônio Líquido 14 (22.074) (22.697)	Parcelamentos a pagar	12	2.551	2.530
Não circulante Taxa de concessão 10 6.776 7.661 Parcelamentos a pagar 12 18.358 18.557 Provisão para contingências 13 265 265 25.399 26.484 Capital Social 50 50 Prejuízo Acumulado (22.124) (22.747) Patrimônio Líquido 14 (22.074) (22.697)	Obrigações Trabalhistas	<u></u>	25	25
Taxa de concessão 10 6.776 7.661 Parcelamentos a pagar 12 18.358 18.557 Provisão para contingências 13 265 265 25.399 26.484 Capital Social 50 50 Prejuízo Acumulado (22.124) (22.747) Patrimônio Líquido 14 (22.074) (22.697)			12.953	12.768
Taxa de concessão 10 6.776 7.661 Parcelamentos a pagar 12 18.358 18.557 Provisão para contingências 13 265 265 25.399 26.484 Capital Social 50 50 Prejuízo Acumulado (22.124) (22.747) Patrimônio Líquido 14 (22.074) (22.697)				
Taxa de concessão 10 6.776 7.661 Parcelamentos a pagar 12 18.358 18.557 Provisão para contingências 13 265 265 25.399 26.484 Capital Social 50 50 Prejuízo Acumulado (22.124) (22.747) Patrimônio Líquido 14 (22.074) (22.697)				
Parcelamentos a pagar 12 18.358 18.557 Provisão para contingências 13 265 265 25.399 26.484 Capital Social 50 50 Prejuízo Acumulado (22.124) (22.747) Patrimônio Líquido 14 (22.074) (22.697)	Não circulante			
Parcelamentos a pagar 12 18.358 18.557 Provisão para contingências 13 265 265 25.399 26.484 Capital Social 50 50 Prejuízo Acumulado (22.124) (22.747) Patrimônio Líquido 14 (22.074) (22.697)	Tava de concessão	10	6 776	7 661
Provisão para contingências 13 265 265 25.399 26.484 Capital Social 50 50 Prejuízo Acumulado (22.124) (22.747) Patrimônio Líquido 14 (22.074) (22.697)				
Capital Social 50 50 Prejuízo Acumulado (22.124) (22.747) Patrimônio Líquido 14 (22.074) (22.697)	i ai ceiairieittos a pagai	12	10.550	10.557
Capital Social 50 50 Prejuízo Acumulado (22.124) (22.747) Patrimônio Líquido 14 (22.074) (22.697)	Provisão para contingências	13	265	265
Prejuízo Acumulado (22.124) (22.747) Patrimônio Líquido 14 (22.074) (22.697)			25.399	26.484
Patrimônio Líquido 14 (22.074) (22.697)	Capital Social		50	50
	Prejuízo Acumulado		(22.124)	(22.747)
		_		
Total do passivo e patrimônio líquido 16.279 16.555	Patrimônio Líquido	14	(22.074)	(22.697)
Total do passivo e patrimônio líquido 16.279 16.555				
	Total do passivo e patrimônio líquido		16.279	16.555

Companhia Botafogo S.A.

Demonstração do resultado do exercício 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)



	Nota Explicativa	2023	2022
Receita Operacional, líquida	15	-	2.404
Lucro Bruto		-	2.404
Salários, encargos e benefícios de funcionários		-	(17)
Materiais		- -	(163)
Despesas administrativas	16	(3.743)	(3.549)
Serviços de terceiros/profissionais		(7)	(514)
Tributárias	17	(36)	(33)
Depreciação e amortização de outros ativos		(943)	(933)
Provisão para contingências		-	-
Outras receitas e despesas operacionais	18	8.205	8.981
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	=	3.476	6.176
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	19	(2.853)	(2.688)
Lucro (Prejuízo) do exercício	- -	623	3.488

Companhia Botafogo S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)



	2023	2022
Lucro do Exercício Outros resultados abrangentes	623	3.488
Total dos resultados abrangentes	623	3.488

Companhia Botafogo S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)



	Capital	Prejuízos	
	Social	Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021	50	(26.236)	(26.186)
Lucro do Exercício		3.488	3.488
Saldos em 31 de dezembro de 2022	50	(22.748)	(22.698)
Lucro do Exercício	-	623	623
Saldos em 31 de dezembro de 2023	50	(22.124)	(22.074)

Companhia Botafogo S.A. Demonstração dos fluxos de caixa 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)



	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais Lucro (Prejuízo) do exercício	623	3.488
Ajustes		
Depreciação e amortização	947	945
Atualização de Tributos Parcelados	1.439	- (20)
Provisão para riscos processuais	2.20/	(38)
	2.386	4.395
(Aumento) Redução nos ativos operacionais	(651)	(2.364)
Partes Relacionadas	(1.216)	(130)
Contas a receber	(353)	(195)
Despesas diferidas	237	(182)
Tributos a recuperar	682	(1.814)
Depósitos judiciais	-	(45)
Aumento (redução) nos passivos operacionais	(402)	2.108
Fornecedores e contas a pagar	514	(1.053)
Obrigações tributárias	(225)	(2.818)
Obrigações trabalhistas	-	(20)
Parcelamentos	(178)	5.999
Caixa aplicado nas atividades operacionais	1.333	4.139
Fluxos de caixa das atividades de investimentos Aquisições de bens do ativo intangível		(4.160)
Aquisições de bens do ativo intaligivei Aquisições de bens do ativo imobilizado	(20)	(4.100)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(4.1/0)
	(20)	(4.160)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de impostos parcelados	(1.313)	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(1.313)	<u>-</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1	22
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		22
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1	- <u>-</u>
·	-	(22)
		(==)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)



1. Informações gerais

a) Estrutura jurídica e objetivos

A Companhia Botafogo ("Companhia) é uma sociedade anônima capital fechado que tem por objeto:

- i) A participação em outras sociedades, comerciais ou civis, e consórcios, nacionais ou estrangeiros, como sócia, acionista, quotista ou consorciada;
- ii) O exercício e a exploração empresarial do desporto de rendimento, incluindo por meio da exploração das marcas de titularidades de seus acionistas ou de terceiros;
- iii) A elaboração e desenvolvimento de projetos culturais, artísticos, educacionais, esportivos e de cunho social, além da conservação e defesa do patrimônio histórico e artístico, bem como captação e/ou geração de recursos para viabilizar tais projetos;
- iv) A exploração comercial do equipamento esportivo denominado "Estádio Olímpico Nilton Santos anteriormente denominado Estádio Olímpico Municipal João Havelange)", com atividades de caráter esportivo, cultural, artístico, educacional ou comercial que sejam compatíveis ou complementares com as atividades desempenhadas em um complexo esportivo ou, ainda, acessórias à atividade principal, incluindo a exploração de publicidade e a locação de áreas ou espaços para a exploração, por terceiros, dos serviços compatíveis, complementares ou acessórios às atividades principais, tudo conforme previsto no Termo de Concessão de Uso nº 46/2007-F/SPA celebrado pela Companhia Botafogo com o Município do Rio de Janeiro com período de concessão até 2031; e v) as atividades relacionadas à exploração de estacionamento rotativo.

A Companhia Botafogo S.A. é controlada pelo Botafogo de Futebol e Regatas ("BFR"), conforme nota 14.

Em 20/12/2023 a Companhia Botafogo (CNPJ nº 05.466.745/0001-64) deu entrada no pedido de homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial no Juízo: 1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital Data de Distribuição: 20/12/2023 . Trata-se de pedido de homologação de Plano de Recuperação Extrajudicial apresentado com arrimo no art. 163 da Lei 11.101/05, tendo como objeto o saneamento das dívidas de natureza quirografária.

Em 20/12/2023, o pedido de homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial foi apresentado pela Requerente, pugnando, na forma do art. 163, §7º, da Lei 11.101, pelo recebimento do feito e a concessão do prazo de 90 (noventa) dias para apresentação dos demais Termos de Adesão a fim de consolidar a adesão de mais da metade dos créditos abrangidos pelo plano.

Em 08/01/2024, o juízo deferiu o pedido, deferindo, ainda, a suspensão de todas as ações movidas em face das Requerentes.

Em 26/01/2024, considerando a distribuição do Conflito de Competência de nº 0968417-69.2023.8.19.0001 e a decisão liminar proferida pela Desembargadora Relatora do caso, o Juízo da 1ª Vara Empresarial proferiu a seguinte decisão: "prestei, em anexo, as informações solicitadas no conflito positivo de competência, suspendendo-se o processo até o seu julgamento".

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)



Em 19/03/2024, em que pese a suspensão vigente, em cumprimento à r. decisão de ID 95679314 de 08/01/2024, as Requerentes juntaram aos autos os demais Termos de Adesão, informando que se logrou atingir expresso apoio de credores detentores, atingindo um percentual total de adesão equivalente a 66,72 % (sessenta e seis vírgula setenta e dois por cento) de todo o passivo sujeito ao Plano. As propostas de pagamento da dívida são de deságio de 90% para pagamento a vista e deságio de 40% para pagamento em 15 anos ,sendo 2 anos de carência e 13 anos para amortização mensal ,corrigidos pela TR \+2% a.a.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresenta deficiência de capital de giro de 3.909 mil reais em 31 de dezembro de 2023 (4.374 mil reais em 31 de dezembro de 2022) e um patrimônio líquido negativo no montante de 22.074 mil reais (22.697 em 31 de dezembro de 2022), evidenciando necessidade de aporte de recursos financeiros.

As demonstrações financeiras não incluem ajustes relativos à capacidade de realização e classificação de valores registrados no ativo ou valores e classificação de passivo que possam ser necessários, caso a Companhia seja incapaz de continuar suas atividades.

A emissão dessa demonstração contábil foi autorizada pela Diretoria em 30 de abril de 2024.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e das principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação e preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações foram elaboradas e preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PMEs (R1) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

Na elaboração das demonstrações contábeis, foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos e passivos. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em R\$ (reais), moeda funcional da Companhia.

2.3. Ativos financeiros

A Administração classifica seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

i) Ativos financeiros ao custo amortizado

Os Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia são: caixas e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 03), transações com partes relacionadas (Nota Explicativa 04) e contas a receber.

ii) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia: fornecedores e contas a pagar (Nota Explicativa 09).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)



iii) Impairment de ativos financeiros

Os ativos financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2023 e de 2022.

2.4. Contas a receber

Contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes de direitos oriundos de contratos de locação ou cessão de uso no curso normal das atividades normais da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a doze meses ou menos, estão classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado reduzido das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa.

2.5. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias, cambiais e os correspondentes rendimentos auferidos, sendo classificados como ativos circulantes se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, caso contrário às contas a receber são apresentadas como ativo não circulante.

2.6. Despesas diferidas

As despesas antecipadas são demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos a serem apropriados ao resultado de acordo com o regime de competência.

2.7. Depósitos judiciais

São representados pelos valores referentes a depósitos judiciais feitos ou penhoras realizadas em poder de terceiros. São oriundos de situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Os valores em questão podem estar depositados em juízo, sem que haja a liquidação do passivo.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico que inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens deduzido da respectiva depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida úteis econômica dos bens.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)



2.9. Intangível

a) Contrato de concessão

A Companhia detém o contrato de concessão para operação e manutenção do Estádio Olímpico Municipal João Havelange, denominado Nilton Santos. A concessão foi outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e o contrato de concessão foi assinado em agosto de 2007, pelo prazo de 20 (vinte) anos, com atividades de caráter esportivo, cultural, artística ou comercial, desde que compatíveis com as atividades desempenhadas em um complexo esportivo ou acessórias à atividade principal, observadas, em qualquer hipótese, a legislação vigente.

Conforme termo aditivo, considerando a suspensão do prazo no período entre 26/03/2013 e 14/11/2016, o término do contrato de concessão ocorrerá em 08 de abril de 2031, quando a posse retornará ao poder concedente.

Os direitos de concessão são registrados pelo custo diretamente relacionado com o Termo de Concessão de uso do Estádio, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão.

A Companhia contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato.

A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária porque o Contrato de Concessão não transfere ao Concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do Contrato de Concessão.

A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O Concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

O estádio Nilton Santos, atualmente está sobre administração integral da SAF Botafogo, que é responsável por toda operação e gestão das receitas e despesas, bem como investimentos de benfeitorias e manutenção, conforme entendimento entre as partes em acordo e acionista.

2.10. Redução ao valor recuperável dos ativos e reversão de eventual provisão constituída – ativos não financeiros

Na data de cada demonstração contábil, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*) e a eventual redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)



2.11. Fornecedores e contas a pagar

Os saldos a pagar aos fornecedores e contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os saldos a pagar aos fornecedores são apresentados como passivo não circulante.

2.12. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Quando aplicável, os passivos circulante e não circulante são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada no resultado.

2.13. Provisões para contingência

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para riscos processuais passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos.

2.14. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidos de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social.

2.15. Reconhecimento da receita

A receita de contrato é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços no curso normal das atividades da Companhia e é provável que recursos econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza de sua realização.

2.16. Receitas financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas pro rata die com base no método da taxa de juros efetiva.

2.17. Estimativas e premissas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)



i) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

As provisões esperadas para créditos de liquidação duvidosa estão apresentadas como redução do saldo de contas a receber e são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas na realização dos valores a receber, considerando o histórico de recebimento por devedor, além de análise individual dos recebíveis para capturar riscos específicos da contraparte, se houver.

ii) Provisão para contingências

A Administração da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para riscos processuais, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações de natureza trabalhistas, cível e fiscais.

2.18. Novos pronunciamentos contábeis, revisados ou aplicados pela primeira vez em 2021

As normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2022 não apresentam impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. Em relação aos pronunciamentos novos, a serem implementados nos anos subsequentes, não é esperado que tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

		2023	2022
Bancos		1	-
		1	-

4. Partes Relacionadas

Instrumento destinado a definir o suprimento recíproco de recursos entre as empresas.

Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.079
Débitos (a) Créditos (b)	2.415 (1.199)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.295

- (a) Referem-se aos recursos recebidos pela Companhia Botafogo por seu controlador.
- (b) Referem-se aos recursos transferidos para o Botafogo de Futebol e Regatas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)



Total

268

1814

5. Contas a receber

	2023	2022
Acordo IHS - Parcela 5/5 (i)	524	-
Outras contas	71_	242
	595	242

(i) Valor a receber referente a acordo no processo movido contra IHS Brasil Cessão de Infraestrutura S/A (NE 17)

6. Tributos a Recuperar

COFINS

221

1462

		2023	2022
Cofins		929	1.462
Pis		201	352
		1.131	1.814

A companhia revisou as práticas tributárias adotadas e apurou créditos a recuperar não apropriados decorrentes da operação, uma vez que desde março de 2023 tem suas receitas tributadas em decorrência da exclusão de sua atividade econômica como beneficiaria de alíquota zero pela Lei do PERSE:

PIS

	0011110	110	I Otal
2018	147	67	214
2019	495	108	603
2020	341	74	415
2021	258	56	314
2022	221	47	268
2023	(532)	(150)	(682)
_	929	201	1131
	COFINS	PIS	Total
2018	147	67	214
2019	495	108	603
2020	341	74	415
2020	0-1		

47

352

7. Depósitos Judiciais

2022

	2023	2022
Depósitos - Ações tributárias (i)	520	520
	520	520

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)



(i) Valor de diversos depósitos judiciais e Mandados de penhora em 2020/2021 referente a Execução Fiscal nº 0023662-28.2017.4.02.5151/RJ da União-Fazenda Nacional para cobrança de IRRF, PIS, CSRF e COFINS

8. Intangível

	Direito de uso - Stadium Nilton Santos	Intangível Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.386	4.386
Adição (a)	4.160	4.160
Amortização	(924)	(924)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.622	7.622
Adição	-	-
Amortização	(924)	(924)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.698	6.698
Custo Total	16.638	16.638
Amortização acumulada	(9.940)	(9.940)
Valor residual	6.698	6.698

⁽a) Em conformidade a norma ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, foi reconhecido o ativo de Direito de Uso dos pagamentos futuros do Termo de Concessão de para exploração do Estádio Nilton Santos Termo nº 46/2007-F/SPA, aditivado pelo Termo nº 70/2019-F/SPA estendendo a vigência até 08 de abril de 2031.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)



9. Fornecedores e contas a pagar

	2023	2022
ornecedores e contas a pagar (i)	7.909	7.578
Outras contas a pagar		2
	7.909	7.580
irculante	7.909	7.580
	7.909	7.580
Outras contas a pagar	7.909	7.580

⁽i) Saldo inclui a contas de água em aberto do período de 2021(3.712M), a CIA está negociando um acordo de parcelamento junto a CEDAE para liquidação da dívida. Vide NE 21.

10. Taxa de Concessão

	2023	2022
Taxa de concessão (i)	7.846	8.671
	7.846	8.671
Circulante	1.070	1.010
Não Circulante	6.776	7.661
	7.846	8.671

⁽i) Em conformidade a norma ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, foi reconhecido o passivo dos pagamentos futuros do Termo de Concessão para exploração do Estádio Nilton Santos Termo nº 46/2007-F/SPA, aditivado pelo Termo nº 70/2019-F/SPA estendendo a vigência até 08 de abril de 2031. O parcelamento é pago pela S.A.F. Botafogo.

11. Obrigações Tributárias

	2023	2022
Impostos, taxas e contribuições correntes	606	919
Impostos, taxas e contribuições em dívida ativa (i)	792	704
	1.398	1.623

⁽i) Refere-se a ISS em dívida ativa atualizado monetariamente até 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)



12. Parcelamentos a pagar

arosamomos a pagar	2023	2022
Contas Públicas	944	1.477
PERSE (i)	15.500	14.646
Concessão (ii)	4.465	4.901
	20.909	21.024
Circulante	2.551	2.467
Não Circulante	18.358	18.557
	20.909	21.024

⁽i) A Companhia Botafogo realizou em 2021 a adesão ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), instituído pela Lei nº 14.148, com intuito de mitigar os danos provenientes da COVID-19 ao setor de eventos. O parcelamento permite a renegociação de dívidas tributárias pelo período de até 12 anos.

13. Provisão para Contingências

A Companhia Botafogo é polo passivo em processos cíveis e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. A administração, com base na opinião de seus assessores legais, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda provável, conforme seque:

		2023	20)22
Processos cíveis		265		265
		265		265

Processos envolvendo riscos de perda avaliados como possíveis, conforme relatório dos consultores jurídicos em 31/12/2023, para os quais não foram registradas provisões, destacamos o Proc.08176614320228190208(6.243M) autor SR Engenharia referente a falta de pagamento de mensalidades relativa a manutenção dos serviços de engenharia no Estádio Nilton Santos.

		2023	2022
Cíveis		7.870	<u> </u>
		7.870	

14. Patrimônio Líquido

O capital social é de R\$ 50 em 31 de dezembro de 2023 e está representado por um total de 50 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim representado:

⁽ii) A companhia obteve em setembro de 2022, junto ao Município do Rio de Janeiro o parcelamento de débitos da concessão de competências anteriores através do processo SMF-PRO-2022/02008.

Companhia Botafogo S.A. Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)



	2023	2022
Botafogo de Futebol e Regatas	99,9%	99,9%
Outros acionistas não controladores	00,1% 100%	00,1% 100 %
		10070
15. Receita Operacional Líquida		
	2023	2022
Locação de Estádio	_	870
Locação de campo		50
Participação no estacionamento	1	66
Participação no parque de alimentação		192
Cessão de camarotes		39
Receitas Diversas		835
Receita Operacional Bruta	-	2.404
16. Despesas Administrativas		
	2023	2022
Água e esgoto	1.869	1.794
Energia Elétrica	1.501	1.425
Gás	348	223
Correios, cartórios e seguros	23	18
Locação em geral	1000 - 1000 - 1000 - 1000 - 1000 - 1000 - 1000 - 1000 - 1000 - 1000 - 1000 - 1000 - 1000 - 1000 - 1000 - 1000	2
Refeições e lanches		16
Outras despesas		71
Despesas administrativas		<u> </u>
	3.743	3.549
17. Despesas Tributárias		
	2023	2022
Impostos	36	18
Outros		15
	36	33

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)



18. Outras (Receitas) e despesas operacionais

Conforme descrito na nota 1, item (b), em fevereiro de 2022 foi realizada a cisão parcial relacionados ao departamento de futebol do Botafogo de Futebol e Regatas para a SAF Botafogo, conforme previsto na art. 2 § 2º da Lei nº 14.193/21 (Lei da SAF). Desta forma, os direitos e obrigações decorrentes de relações, de qualquer natureza, estabelecidos com o clube vinculados à atividade do futebol foram transferidos à SAF, conforme acordo de acionistas realizado entre as partes.

	2023	2022
Recuperação de despesas/impostos (i)	411	4.385
Recuperação de obrigações com fornecedores(ii)	5.176	4.596
Outras receitas/despesas(iii)	2.619	<u> </u>
Outras despesas e receitas operacionais	8.205	8.981

- (i) Referem-se basicamente à recuperação de impostos a recuperar.
- (ii) Os montantes apurados, são principalmente decorrentes da recuperação de despesas e de obrigações com fornecedores ,taxas de concessão, obrigações com concessionárias de luz, água e parcelamentos pagos pela SAF.
- (iii) Reembolso de gasto de energia no Estádio Nilton Santos, conforme acordo no processo movido contra a empresa IHS Brasil Cessão de Infraestrutura S/A

19. Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, encargos legais e variações monetárias sobre impostos, que são reconhecidos no resultado.

	2023	2022
Despesas Bancárias	-,	(17)
Atualização de mútuos e fornecedores	(9)	(240)
Atualização de tributos municipais	(850)	(815)
Atualização de tributos estaduais	(251)	-
Atualização de tributos federais	(1.743)	(1.616)
Despesas Financeiras	(2.853)	(2.688)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)



20. Gestão de riscos

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos: risco de mercado incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez.

A administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia, e é também responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento destas políticas.

As políticas de gerenciamento de risco foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Os principais riscos para a Companhia são analisados a seguir:

(a) Risco de mercado

É o risco associado da possibilidade de a Companhia vir a perder a concessão do Estádio Olímpico Nilton Santos.

(b) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxas de juros

Considerando que os ativos e passivos financeiros da Companhia possuem taxas de juros fixas e determináveis, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia, no período de 12 meses, são livres de oscilações significativas, decorrentes de mudanças nas taxas de juros de mercado.

(c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de assegurar que a Companhia sempre tenha caixa suficiente para cumprir com suas obrigações para atender às necessidades operacionais, sem causar perdas inaceitáveis ou de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia monitora também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de terceiros recebíveis junto com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras obrigações.

21. Cobertura de seguros

A Companhia Botafogo possui contrato de seguro com a Sompo Seguros S.A. no ramo de Responsabilidade Civil Geral a Base de Ocorrência e com a Axa Seguros S/A com os Riscos Nomeados e Operacionais. O capital contratado e vigente em 28/11/2022 a 28/11/2023 é de R\$ 3.000 e R\$ 248.000 e a vigência de 28/11/2023 a 28/11/2024 respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)



22. Eventos subsequentes

Em 15 de janeiro de 2024, a Companhia parcelou seus débitos junto a CEDAE, Companhia Estadual de águas e esgoto, com redução de 50%. A liquidação do débito será em dez parcelas mensais e sucessivas de R\$ 276.093,33.

Marcus Vinicius de Figueiredo Furtado Diretor-Presidente

> Raquel Barbosa da Rocha de Sá CRC-RJ Nº 071.871/O-8 Contadora